RELATÓRIO ANUAL

# CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL 2021

NOVEMBRO - 2022

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO

Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil

RELATÓRIO ANUAL

# CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL 2021

NOVEMBRO - 2022

**EXPEDIENTE**

**Conflitos da Mineração no Brasil 2021:** Relatório Anual, publicação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil.

Brasil, Novembro de 2022

**COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS FRENTE À MINERAÇÃO**

**Secretaria Operativa:**

| | |
|---|---|
| **INESC** | Instituto de Estudos Socioeconômicos |
| **FASE** | Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional |
| **IBASE** | Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas Igrejas e Mineração |
| **JnT** | Rede Justiça nos Trilhos |
| **MAM** | Movimento pela Soberania Popular na Mineração |
| **PoEMAS** | Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade |

**Igrejas e Mineração**

http://emdefesadosterritorios.org/

@Comitemineracao

@em_defesa_dos_territorios

@emdefesadosterritorios

## SUMÁRIO


4 **Destaques dos Conflitos da Mineração 2021**

6 **Sobre o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração**

6 **Sobre o Mapa dos Conflitos da Mineração**

6 **Principais Resultados do Monitoramento 2021**

7 Dados Gerais e Distribuição Espacial dos Conflitos

11 Violadores, Empresas Causadoras e Extração Ilegal

14 Grupos Atingidos e Reações

15 Tipos de Violências Sofridas e Violências Extremas

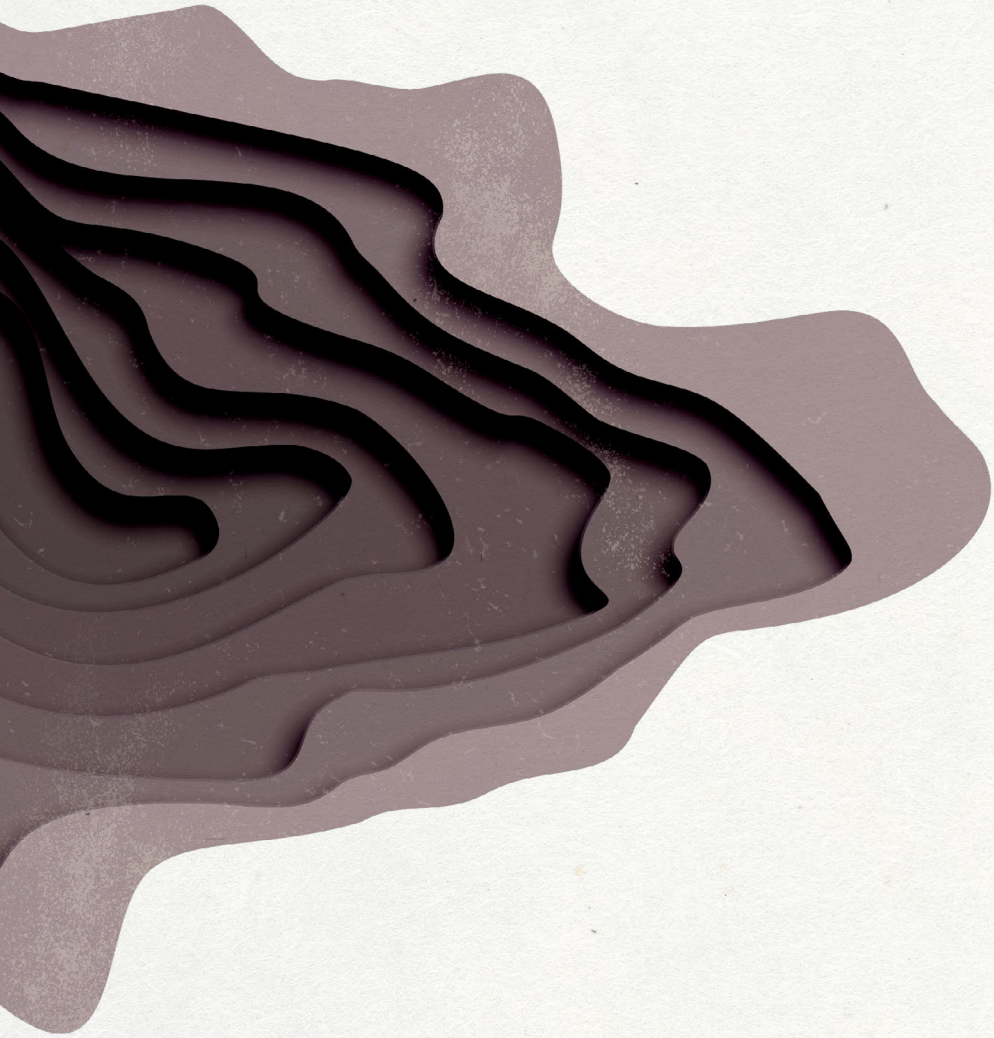
17 Conflitos com Indígenas

18 Conflitos com Quilombolas

19 Outros Grupos Sociais do Campo

19 Conflitos Urbanos

20 Referências



# Destaque dos Conflitos da Mineração 2021

- Em 2021, foram contabilizadas 644 localidades em conflito e 840 ocorrências, envolvendo ao menos 762.246 pessoas, isto é, ao menos duas ocorrências por dia no ano de 2021.

- Em comparação com 2020, onde foram contabilizadas 751 localidades e 851 ocorrências, houve uma leve retração nos números em 2021, correspondendo a uma diminuição de 14,2% nas localidades e 1,2% das ocorrências.

- As categorias que mais foram atingidas pela mineração foram: "Indígenas" (17,7%), "Pequenos proprietários rurais" (16,9%), "Estado" (16,8%), "População urbana" (13,5%) e "Trabalhadores" (10,7%).

- Ao menos 54.550 indígenas estavam envolvidos em conflitos, sendo em 51,4% das situações com garimpeiros.

- Os quilombolas sofreram em 22 conflitos e 26 ocorrências, englobando ao menos 13.603 pessoas.

- Dos 24 estados com registros, os que mais concentraram localidades em conflito foram Minas Gerais (35,0%), Pará (12,6%) e Bahia (11,0%). Em número de pessoas atingidas por estado, Minas Gerais aparece concentrando 42,9% do número total de pessoas atingidas, seguido de Roraima (16,2%), Pará (12,8%) e Alagoas (11,5%).

- O Bioma com o maior número de registros foi a Mata Atlântica, com 49,0%, seguido da Amazônia (27,9%), Caatinga (13,9%) e Cerrado (7,0%).

- Dos 853 municípios de Minas Gerais, foram mapeados conflitos em 87 (10,1%), sendo Brumadinho o que mais concentrou casos, com 24 situações de conflito, totalizando 43 ocorrências, majoritariamente por conta do processo de reparação do desastre da barragem da Vale, em 2019.

- Os conflitos em relação a "Terra" e "Água" foram os que mais se destacaram, com 489 (58,2%) e 256 (30,5%) ocorrências, respectivamente.

- Foram mapeadas 127 empresas envolvidas em conflitos em 466 localidades. A Vale S.A. é a empresa que mais concentrou conflitos (29,4%), congregando a Vale S.A. (131 ocorrências de conflitos) e sua subsidiária Samarco/Vale/BHP (34 ocorrências de conflitos).

- Das mineradoras internacionais, as que mais se destacaram foram a Bahia Mineração (BAMIN) de capital de Luxemburgo, com 38 ocorrências de conflitos; a australiana Tombador Iron Mineração, com 26 ocorrências; e a Anglo American, com 17. Ao que se refere a nacionalidade das empresas, o Brasil aparece em primeiro lugar, com 356 ocorrências. Contudo, em seguida aparecem a Austrália, com 64 das ocorrências, Luxemburgo (57), Canadá (31) e Reino Unido (25).

- As extrações ilegais de minérios, em particular os garimpos, provocaram 240 ocorrências em 168 localidades em 19 estados, sobretudo na Amazônia Legal, com destaque para o Pará (22,6%), Amazonas (18,5%), Mato Grosso (15,5%) e Rondônia (9,5%). Além disso, os indígenas foram os grupos mais violados por essa atividade em 55 localidades, com 115 ocorrências.

- Ocorrências de violências extremas foram um total de 67: "Morte" (27 ocorrências, sendo 17 referente a trabalhadores); "Assédio" (19 ocorrências); "Trabalho escravo" (14 ocorrências); "Ameaça de morte" (4 ocorrências); "Violência física" (3 ocorrências); e "Violência sexual" (3 ocorrências).

- Foram mapeadas 96 reações diretas às violações, concentradas em Minas Gerais (48), Roraima (18) e Alagoas (9). Em Brumadinho houve, em média, mais de um protesto por mês (13). Indígenas (21 ocorrências), Pequenos proprietários rurais (21 ocorrências) e População urbana (11 ocorrências) foram as categorias que mais reagiram com ações de resistência.

## Sobre o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

O Comitê é uma articulação da sociedade civil formada por mais de 100 organizações, movimentos sociais, igrejas e pesquisadores, em atividade desde 2013. É uma das principais iniciativas nacionais que se organizam politicamente em defesa dos atingidos pela mineração e de seus territórios. Atua na formação, mobilização, articulação política, produção de materiais e comunicação sobre a política mineral brasileira.

## Sobre o Mapa dos Conflitos da Mineração

O Comitê Nacional em Defesa dos Território Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, tem o **Mapa dos Conflitos** como uma de suas iniciativas de **denúncia do modelo mineral brasileiro**, sobretudo no contexto do Governo Bolsonaro com a desregulamentação das políticas ambientais, de proposta de abertura de novas áreas para mineração e de incentivo ao garimpo.

O ano de 2021, se deu ainda em um contexto de pandemia da Covid-19, com diferentes ondas e aberturas esporânicas. Neste contexto, os conflitos e desastres, como os do Rio Paraopeba (Vale/Rio Paraopeba), do Rio Doce (Samarco/Vale/BHP), de Maceió (Braskem), os garimpos ilegais, que ganharam visibilidade frente aos danos produzidos e às resistências encontradas.

No âmbito do monitoramento, iniciado em 2020, o Observatório organiza um **banco de dados, atualizado anualmente**, a partir do levantamento sistemático de dados secundários em fontes como registros de jornais de circulação nacional e regional, portais de notícias, redes sociais, mídia independente e material dos movimentos sociais, somadas às ocorrências tabuladas anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Conselho Indigenistas Missionário (CIMI) para os conflitos da mineração no campo e com indígenas respectivamente.

O Observatório visa ser uma ferramenta que permite monitorar e analisar, no médio e longo prazo, a variação temporal dos conflitos e do comportamento das diferentes empresas dos setores, articulando-a com fatores políticos e econômicos nacionais e globais que influenciam a política mineral. O mapeamento permite ainda identificar a distribuição espacial dos conflitos e as diferentes disputas pela apropriação da natureza, assim como os efeitos sobre as comunidades atingidas.

## Principais Resultados do Monitoramento 2021:

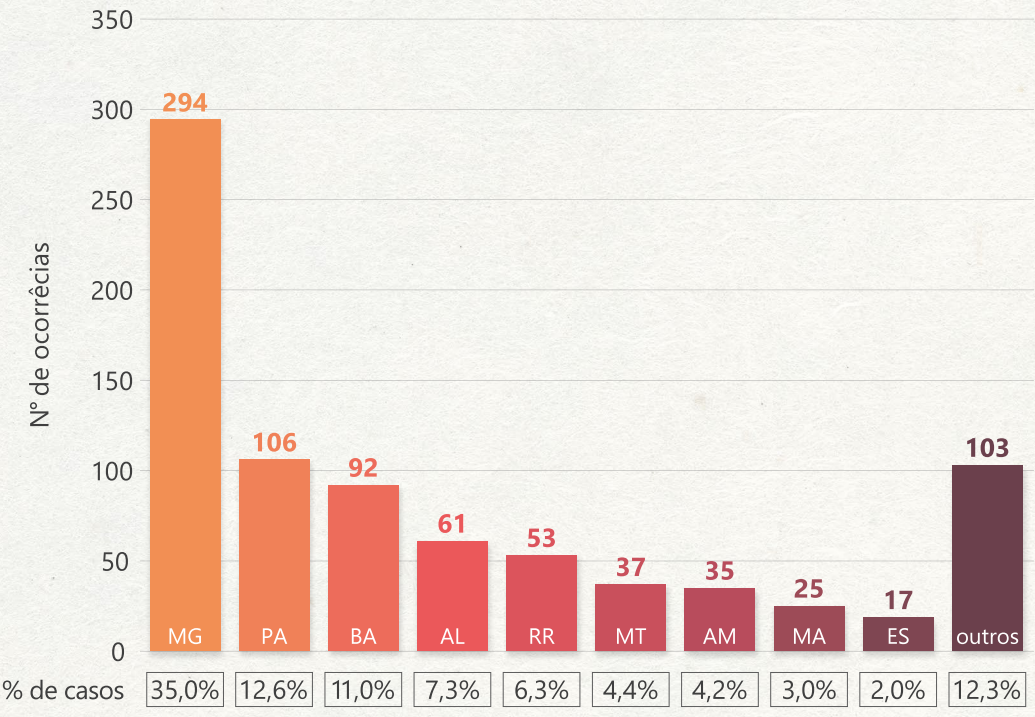
Destacamos nas próximas páginas os principais resultados obtidos a partir do monitoramento dos conflitos envolvendo o setor da mineração no Brasil em 2021.

## *Dados Gerais e Distribuição Espacial dos Conflitos*

A partir do mapeamento dos conflitos no ano de 2021 foram classificados **644 casos** dispersos pela quase totalidade dos estados brasileiros, contabilizando **840 ocorrências de conflito e o envolvimento de ao menos 762.246 pessoas**. Ou seja, foram registadas mais de duas ocorrências por dia no ano de 2021. Dentre os 26 estados mais o Distrito Federal, que compõem as 27 unidades federativas, foram cadastrados conflitos em 24 deles, excluindo o Distrito Federal, Acre e Sergipe. A ausência de algum estado no mapeamento não significa que não haja conflito referente à mineração nesses estados, mas somente indicam que, caso existam conflitos, não foi possível mapeá-los com os dados secundários públicos ao longo do ano de 2021. Por exemplo, em 2020 o estado do Piauí não apareceu no mapeamento, enquanto Acre e Sergipe constavam na lista. Caso que se inverteu em 2021.

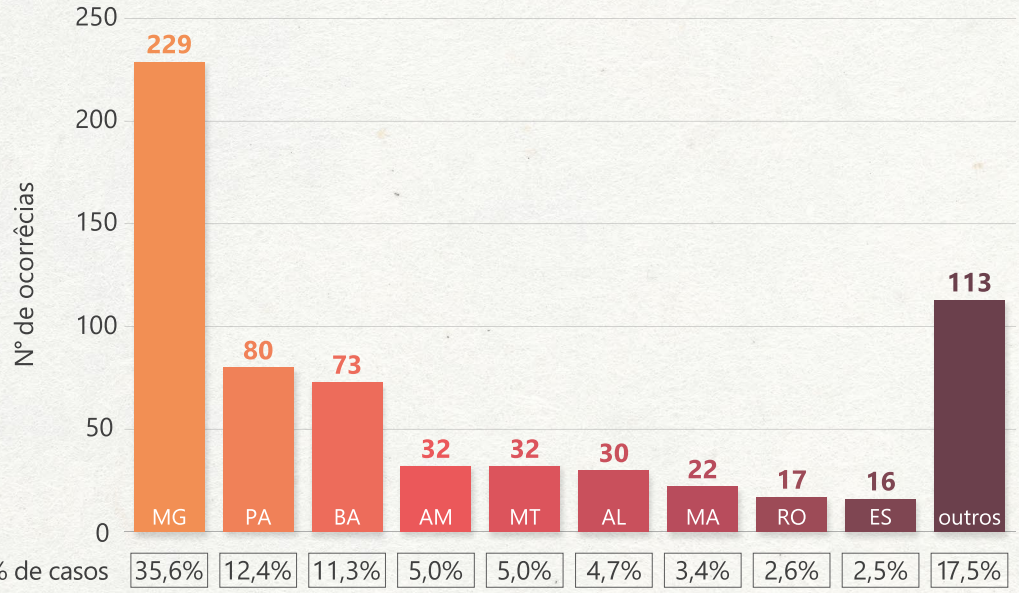
**Como em 2020, em 2021, os estados que mais concentraram localidades em conflito foram Minas Gerais, Pará e Bahia**. Em 2021, Minas Gerais correspondeu a 35,0% das ocorrências de conflito, seguido por Pará (12,6%) e Bahia (11,0%). Em comparação com 2020, Minas Gerais sofreu uma diminuição de 23,5% nas ocorrências, seguida por uma diminuição de 15,4% no Pará, mas um crescimento de 12,2% nas ocorrências na Bahia. Alagoas foi outro estado que apresentou um aumento significativo no número de ocorrências entre 2020 e 2021, passando de 22 para 61 ocorrências, representando um aumento de 192%, em especial por conta do conflito com a Brasken em Maceió. O gráfico 1, a seguir, destaca os estados com a maior concentração de ocorrências em 2021. Pode-se observar que a contabilização da categoria "Outros" (103), que compreende 15 estados, é menor que as ocorrências em Minas Gerais (294) e Pará (106):

Gráfico 1:
Os estados com o maior número de ocorrências em 2021



Quando analisado apenas o número de localidades, independente do quantitativo de ocorrências, Minas Gerais, Pará e Bahia também figuram nas primeiras posições com 35,6%, 12,4% e 11,3% respectivamente (cf. Gráfico 2). No entanto, entre os outros estados a configuração das posições muda sensivelmente. Roraima, que concentra uma quantidade considerável de ocorrências no gráfico anterior, não aparece entre as primeiras no que diz respeito aos conflitos. Isso significa que muitas ocorrências ocorreram, mas ficaram concentradas em poucas localidades, como as Terras Indígenas Yanomami e Raposa Terra do Sol. O contrário acontece com o estado de Rondônia, com pequeno número de ocorrências, mas considerável número de localidades em conflitos, significando maior distribuição dos conflitos no território.

Gráfico 2:
Os estados com o maior número de localidades em conflitos em 2021

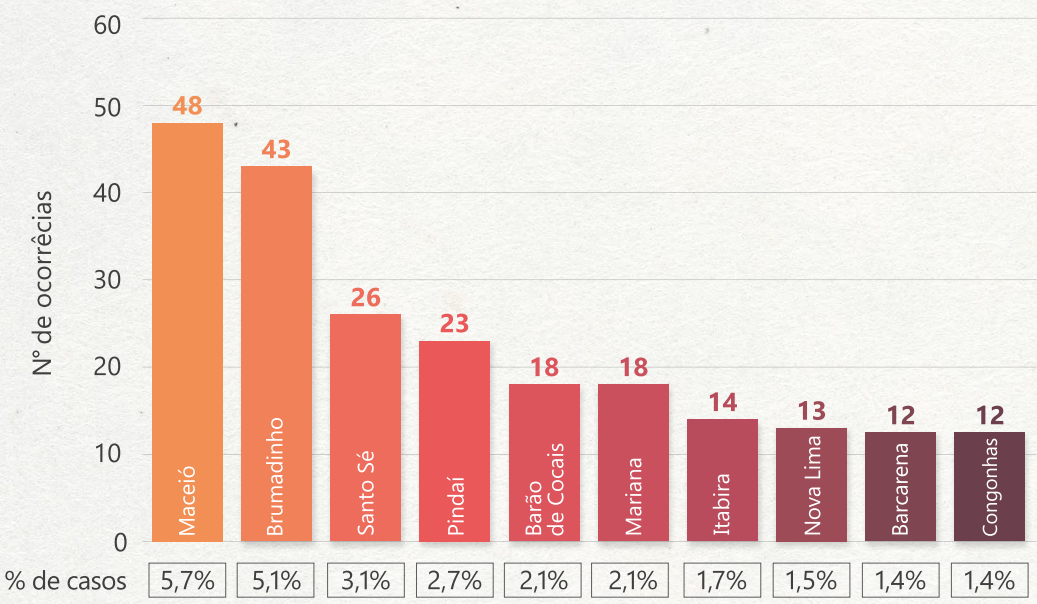



Dos 853 municípios de Minas Gerais, foram mapeados conflitos em 87 deles em 2021, correspondendo a 10,1% dos municípios dessa unidade da federação, significando uma diminuição de 28,3% das ocorrências em relação a 2020.

No que se refere à relação número de pessoas atingidas e estados, Minas Gerais aparece em primeiro lugar, concentrando ao menos 326.181 pessoas atingidas (43,0% do total de pessoas atingidas). Em segundo lugar, encontra-se Roraima com 123.544 pessoas atingidas (16,3%), seguido do Pará com 97.630 (12,9%) e Alagoas com 87.542 (11,5%).

Em todo o país, **Brumadinho foi o município novamente onde mais concentrou conflitos em 2021**, mesma marca de 2020, agora com 24 situações de conflito, totalizando 43 ocorrências, centrados, majoritariamente, na empresa Vale S.A. e no processo de reparação após o rompimento da barragem B1 da empresa em 25 de janeiro de 2019. Ao que se refere ao número de ocorrências de conflito, Maceió aparece à frente de Brumadinho, em primeiro lugar em 2021, com 48 ocorrências (**cf. Gráfico 3**), evidenciando a tensa relação entre Braskem e os grupos atingidos em luta por reparação no conflito em 2021.

Gráfico 3:
Os 10 municípios com o maior número de ocorrências em 2021




O tipo de violência que mais se destacou em Brumadinho foi "Omissão", e o tipo de conflito mais recorrente foi "Água". Em Maceió, o tipo de violência que mais se destacou foi "Danos", seguido de "Omissão", com "Terra" sendo o tipo de conflito mais recorrente. Os dois casos parecem apresentar um padrão por serem contextos de desastres de grandes proporções, onde a luta por reparação e direitos encontra-se no centro do conflito.

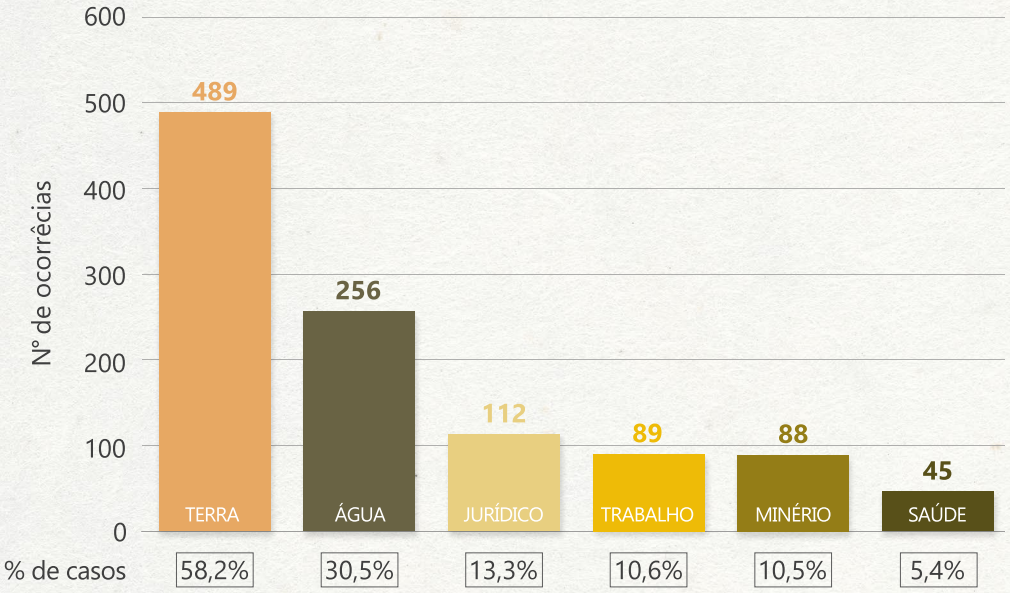
O número de manifestações públicas mapeadas em Brumadinho, seja através de protestos ou carta pública, foi de 13 durante o ano de 2021. Esse valor representa mais de um protesto por mês no município, 9 envolvendo a empresa Vale S.A., um envolvendo a TÜV Süd (empresa de consultoria alemã, responsável por atestar a estabilidade da Barragem do Córrego do Feijão[1]) e 3 relacionados à empresa Mineração Geral do Brasil (MGB). A TÜV Süd apareceu no mapeamento de 2021, pois em 24 de janeiro do mesmo ano, uma ação contra a empresa foi aberta na Alemanha por 183 trabalhadores sobreviventes e familiares de vítimas que exigem um total de mais de 12 milhões de euros (cerca de R$ 63 milhões) em reparação[2].

Em Maceió foram contabilizadas 9 ações públicas entre manifestações e bloqueio de via. Além de uma ação coletiva na justiça da Holanda contra a Braskem, país onde encontra-se o centro financeiro da empresa. De acordo com o advogado do escritório de advocacia global PGMBM[3]: "A Braskem tem demonstrado pouco cuidado e compaixão por aqueles que sua atividade afetou. Recentemente a Braskem tem divulgado novidades de acordos com as autoridades brasileiras, mas o nível de compensação oferecido às vítimas permanece insuficiente" (NETTO, 2021).

*[1]Quatro meses antes da tragédia, a TÜV Süd havia atestado a barragem da Vale como estável. A TÜV SÜD é acusada de negligência por atestar a segurança de uma estrutura que se rompeu.*
*[2]Há um segundo processo iniciado em outubro de 2019 inicialmente representado por seis familiares de uma das vítimas. Contudo, em uma decisão de janeiro de 2022 foram incluídos outros 1.100 indivíduos afetados pelo desastre (DW, 2022).*
*[3]Em 2022 o escritório passou a se chamar Pogust Goodhead. O escritório também representa os casos dos atingidos da Bacia do Rio Doce contra a BHP na Inglaterra.*

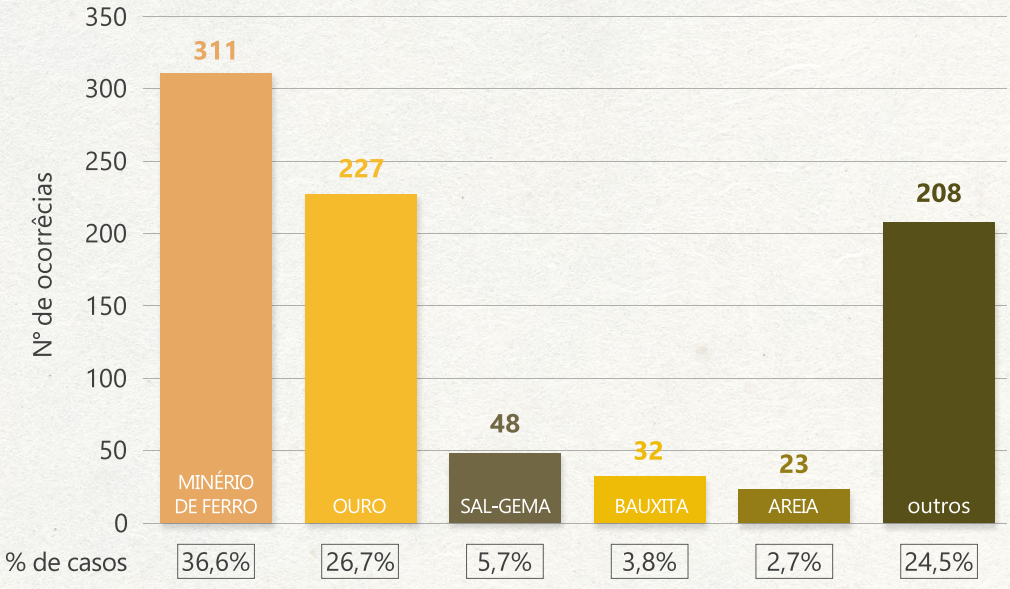
Como em 2020, no âmbito geral, **os conflitos em relação a "Terra" e "Água" foram os que mais se destacaram**, com 489 e 256 ocorrências de conflito, respectivamente. Ambos os tipos de conflitos estiveram presente em 58,2% e 30,5% das ocorrências. "Jurídico" ocupou a terceira posição, com 13,3%, seguido por "Trabalho" (10,6%), "Minério" (10,5%), "Saúde" (5,4%). Em comparação à 2020, os conflitos por "Terra" tiveram um crescimento de 27,3%, enquanto "Água" teve uma retração de 19,7% (cf. Gráfico 4).

Gráfico 4:
Tipo de conflitos em 2021




**Os minérios mais presentes nos conflitos foram minério de ferro (36,6% das ocorrências) e ouro (26,7% das ocorrências) (cf. Gráfico 5). De 2020 a 2021, o ouro obteve um crescimento de 72,2% nas ocorrências de conflito, indicando o aumento da pressão sobre os territórios indígenas, especialmente as T.I. Yanomami (RR) e Munduruku (PA).**

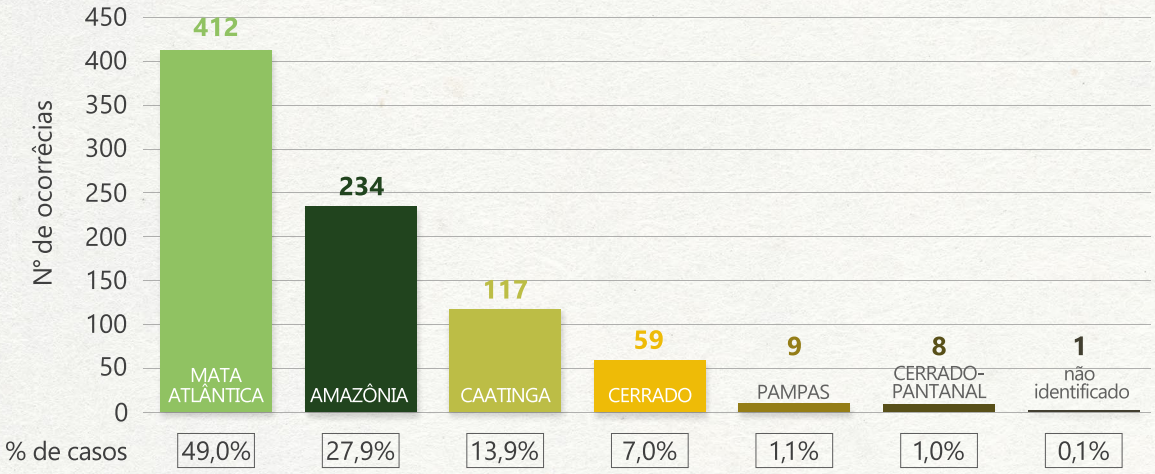
Gráfico 5:
Minérios com maior presença nos conflitos em 2021[4]




*[4]A categoria "outros" inclui 42 minérios e casos em que não foi possível identificar.*

**Já o Bioma com o maior número de registros foi a Mata Atlântica, com 49,1%, seguido da Amazônia (27,9%), Caatinga (13,9%) e Cerrado (7,0%) (cf. Gráfico 6), mesma ordem de 2020.** Os valores de 2021 representam uma retração de registros de 12,1% na Mata Atlântica e 20,4% no Cerrado. Além de um crescimento de 20,2% na Amazônia e 40,4 na Caatinga.

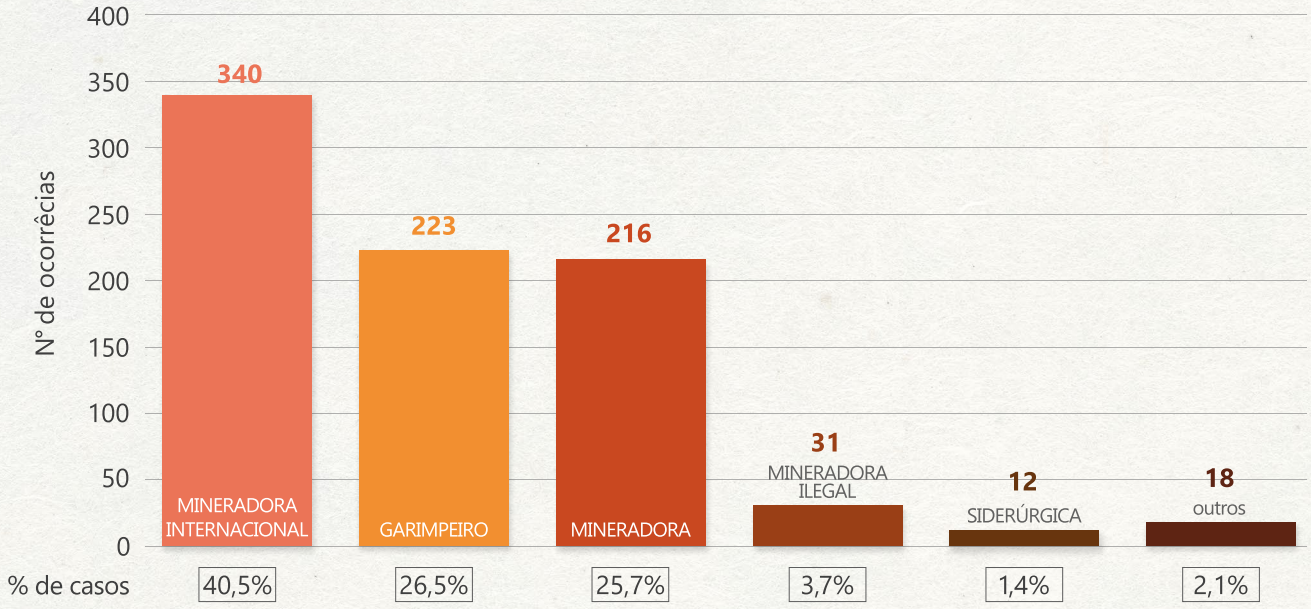
Gráfico 6:
Biomas com maior número de registros em 2021




## *Violadores, Empresas Causadoras e Extração Ilegal*

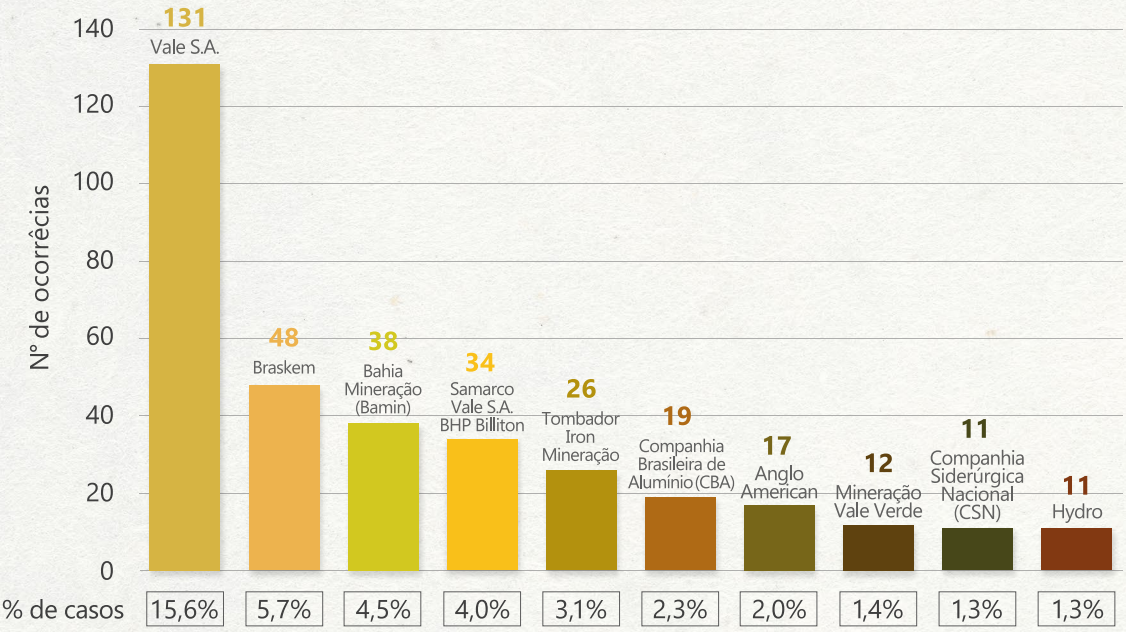
**No que diz respeito à categoria "Violadores - quem causou a ação", no total das 840 ocorrências de conflito, "Mineradora Internacional" ocupa a primeira posição da categoria, com 40,5%, seguida por "Garimpeiro" (26,5%) e "Mineradora" (25,7%) (cf. Gráfico 7). "Extração ilegal"**, compondo a soma das categorias "Garimpeiro" e "Mineradora ilegal", **correspondeu a 30,2% das ocorrências**. A primeira posição referente à nacionalidade das empresas internacionais ficou com a Austrália (esse é o país sede da BHP Billiton, que junto com a Vale formam a joint venture Samarco, empresa que está em quarto lugar na lista das empresas violadoras). Logo em seguida, encontram-se Luxemburgo, Canadá e Reino Unido.

Gráfico 7:
Violadores em 2021



Em 2021, identificou-se 127 empresas envolvidas em conflitos em 466 localidades. **As cinco empresas que aglutinam o maior número de ocorrências de conflito são: Vale S.A. (131 ocorrências), Braskem (48 ocorrências), Bahia Mineração - BAMIN (38 ocorrências), Samarco/Vale/BHP Billiton (34 ocorrências) e Tombador Iron Mineração (26 ocorrências) (cf. Gráfico 8).** Se formos considerar todas as ocorrências decorrentes dos conflitos, **a Vale S.A. estava presente em 165 ocorrências. Ou seja, podemos concluir que a Vale S.A., também dona da Samarco, estava envolvida em 19,6% das ocorrências de conflitos no Brasil em 2021**. Em 2020, a Vale S.A. também assumiu o posto de maior violadora contabilizando 146 ocorrências (17,2% das ocorrências de conflito), acrescidos das violações da Samarco e da MRN chegou a 278 ocorrências (32,7% das ocorrências de conflito).

Gráfico 8:
Empresas com maior número de ocorrências em 2021




Em 2020, a Samarco/Vale/BHP apareceu na segunda posição das maiores empresas em conflito, com 123 ocorrências. A diminuição em 72,3% das ocorrências entre 2020 e 2021 pode ter como uma das chaves explicativas a frustração e cansaço diante de um processo de reparação que se arrasta há sete anos. A própria retomada das operações da empresa em 2021 trouxe indignação a população atingida. Uma pessoa atingida questiona: "É uma afronta. Como pode uma empresa criminosa voltar às operações e nós, atingidos, estarmos na mesma, sem perspectiva?" (PONTES, 2021).

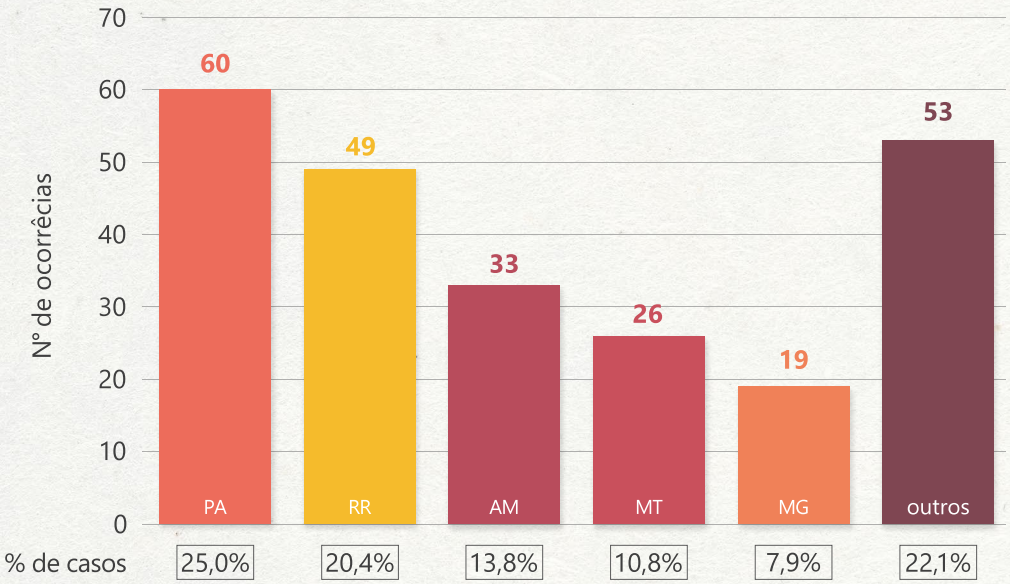
Mesmo após sete anos, o reassentamento das vítimas do desastre ainda não aconteceu. Em Bento Rodrigues, município de Mariana-MG, sete das 210 casas prometidas foram entregues até o momento. Uma das donas dos imóveis morreu dois meses antes de vê-lo pronto. Outras 72 estão em obras. Mais de 60 meses após a tragédia, nem as obras de infraestrutura estão concluídas. No reassentamento de Paracatu de Baixo, também em Mariana, não há nenhuma casa pronta (PIMENTEL, 2021).

Em 2018 foi assinado um acordo com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e os atingidos e as empresas (Samarco e suas controladoras Vale e BHP), referente ao processo de reparação. Contudo, nem 30% dos atingidos foram indenizados. "Absurdamente, três anos depois do referido acordo e quase seis anos após o crime, que devastou a vida de milhares de pessoas, nem 30% dos atingidos foram indenizados. Mesmo diante da gravidade dos fatos e da vulne-

rabilidade das famílias, as empresas e a lastimável Fundação Renova – criada para, em tese, reparar os danos – não cumpriram o acordo", diz o promotor de Justiça Guilherme Meneghin (RONAN, 2021).

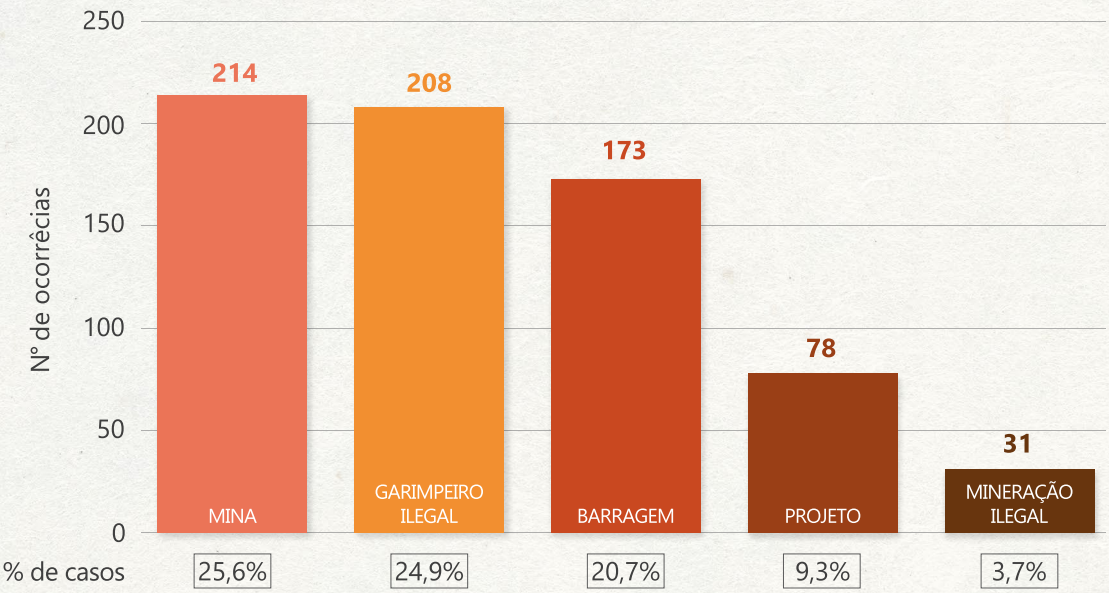
As **extrações ilegais de minérios provocaram 240 ocorrências em 170 localidades**. Os garimpos ilegais corresponderam a 210 ocorrências e a mineração ilegal, a 30 ocorrências. A atividade encontra-se presente em 19 unidades da federação, com 60 ocorrências (25,0%) no Pará, 49 em Roraima (20,4%), 33 no Amazonas (13,8%), e 26 no Mato Grosso (10,8%) (cf. Gráfico 9). Indígenas foram os grupos mais violados por essa atividade, representando 115 ocorrências, ou seja, 47,9% dos casos ligados a extração ilegal.

Gráfico 9:
Extração ilegal de minério por estado em 2021




Em relação ao tipo de objeto do conflito, **"Mina" apareceu no primeiro lugar, com 25,6% dos casos, e "Garimpo ilegal", em segundo, com 24,9% (cf. Gráfico 10)**. Diferente de 2020, onde "Barragem" ocupou a primeira posição com 30,0% dos casos, em 2021, "Barragem" aparece na terceira posição com 20,7% dos casos. Essa diminuição pode ser explicada pelo paralelo com a diminuição dos casos relatados referente a Samarco/Vale/BHP.

Gráfico 10:
Tipo de objeto causador em 2021

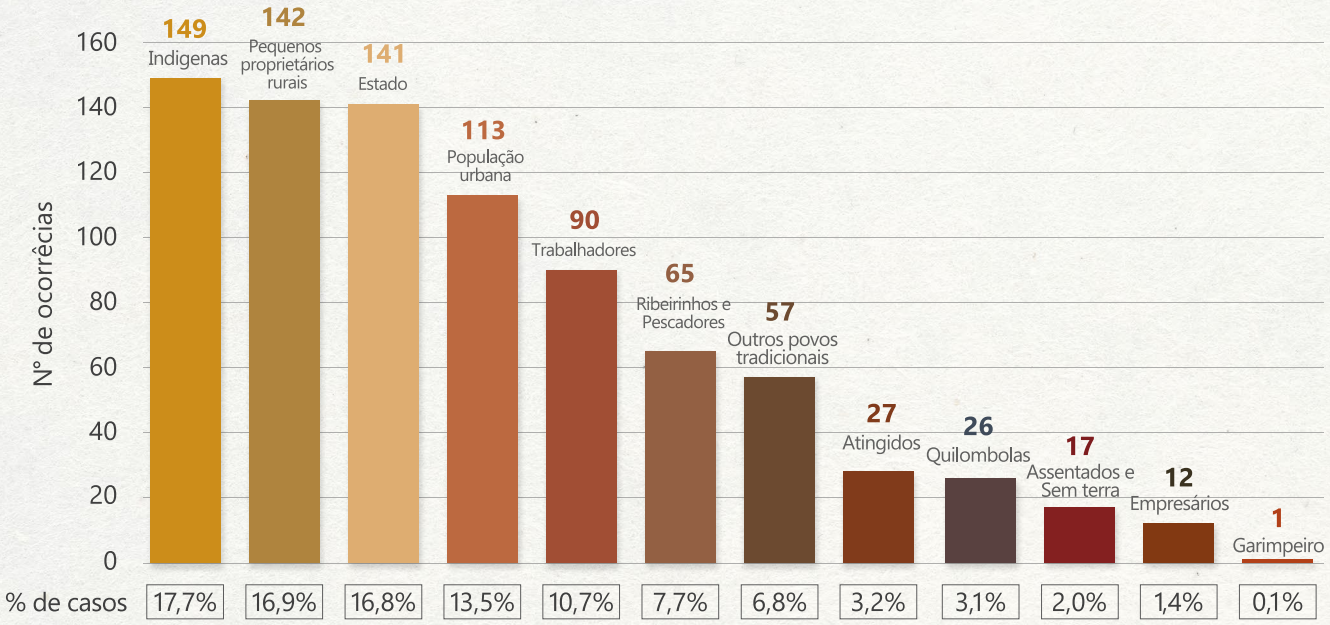


Os conflitos com "Mina" envolveram 63 empresas, com a Braskem ocupando a primeira posição com 22,0% das ocorrências de conflitos específicos de "Mina", e a Vale S.A., a segunda, com 15,0%. Já a categoria "Barragem" abrange 20 empresas, estando a Vale S.A. na primeira posição, com 43,9% das ocorrências de conflito em relação a "Barragem", seguida pela Samarco/Vale/BHP (19,7%) e da Anglo American (7,5%). **A Vale e a Samarco/Vale/BHP juntas representam 63,6% dos conflitos por "Barragem" no ano de 2021.**

## *Grupos Atingidos e Reações*

Em 2021, entre as 840 ocorrências de conflito, a **"categoria que sofreu a ação"** teve como cinco atores mais relevantes os **"Indígenas", com 17,7%; "pequenos proprietários rurais", com 16,9%; "Estado" com 16,8%; "População urbana" com 13,5%; e "Trabalhadores", com 10,7% (cf. Gráfico 11)**. Em termos absolutos, **conflitos envolvendo populações tradicionais[5] significaram, no mínimo, o envolvimento de 338.746 pessoas**. Em 2020, o mesmo grupo correspondeu a 156.908 pessoas, significando um aumento de ao menos 181.838 pessoas, isto é, um aumento de 86,2%.

Gráfico 11:
Categoria que sofre a ação em 2021[6]

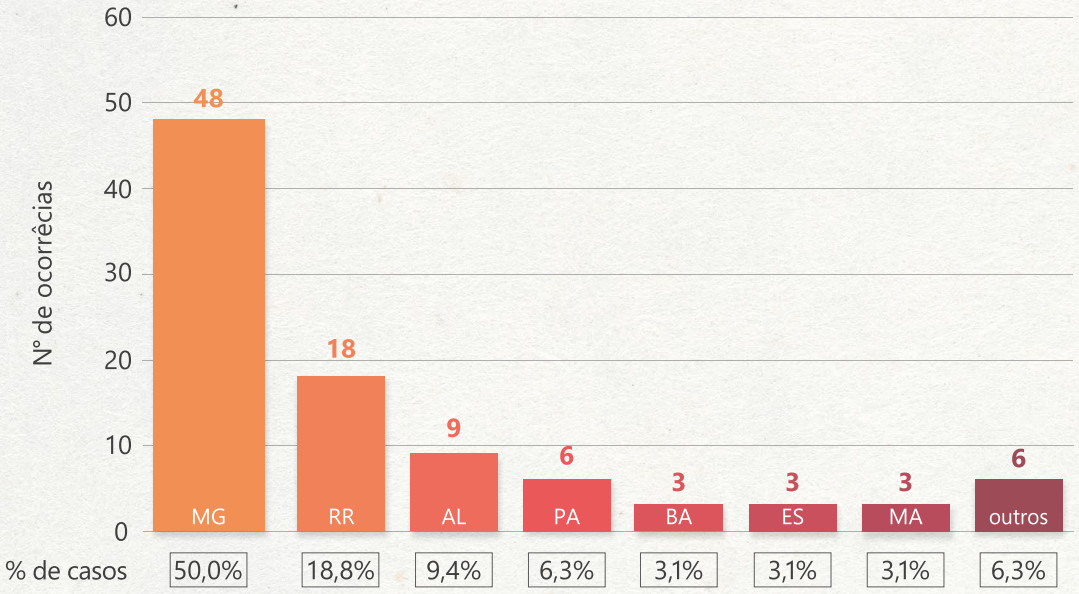



**Em 2021, foram mapeadas 96 reações diretas às violações**, que envolveram manifestações, cartas públicas, bloqueio de via, ocupação, ações judiciais etc. Os estados que reuniram o maior número de conflitos e ocuparam as primeiras posições foram **Minas Gerais, Roraima, Alagoas, Pará e Bahia. Minas Gerais concentrou 48 reações (metade do total), Roraima, 18 e Alagoas, 9 (cf. Gráfico 12).**

*[5]Entre as populações tradicionais que estiveram envolvidas em conflitos, estão incluídos camponeses de fundo de pasto, extrativistas, indígenas, geraizeiros, pecuaristas familiares, pescadores, quilombolas e ribeirinhos.*

*[6]A categoria "Outros grupos tradicionais" corresponde a: "camponeses de fundo de pasto", "extrativistas", "geraizeiros", "pecuaristas familiares" e "posseiros".*

Gráfico 12:
Reações por Unidade da Federação em 2021



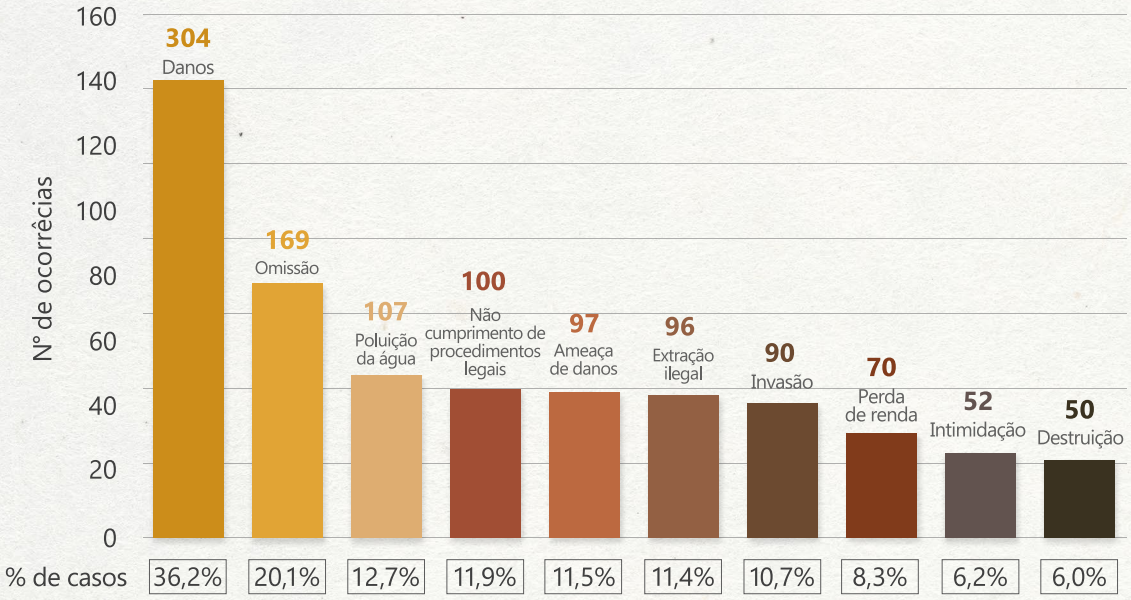

As reações tinham o objetivo de contestar as violações das empresas (74 ocorrências) e dos garimpos ilegais (22 ocorrências). **As empresas que concentraram mais reações foram Vale S.A. (25 ocorrências), Braskem (10 ocorrências) e Samarco/Vale/BHP (5 ocorrências)**. Em 2020 foram contabilizadas 100 reações com 84 ocorrências referente a empresas e 16 a garimpos ilegais. Nota-se, assim, um aumento de 37,5% dos casos referente ao garimpo ilegal em 2021. Ao que se refere as empresas, em 2020, a Vale S.A. contabilizava 34 ocorrências, a Samarco/Vale/BHP 8 e a Braskem 5. As mesmas empresas aparecem como os principais atores de contestação nas reações em 2020 e 2021, com algumas diferenças na quantidade de ocorrências: a Vale e a Samarco/Vale/BHP apresentaram uma leve queda, enquanto a Braskem duplicou de casos.

Já as categorias que mais sofreram com a ação das empresas e dos garimpos, e realizaram ações de reação, foram: **"Indígenas" (20 ocorrências) e "Pequenos proprietários rurais" (20 ocorrências)**. As reações dos indígenas concentraram-se contra o garimpo ilegal em seus territórios.

## *Tipos de Violências Sofridas e Violências Extremas*

Das 57 categorias de **"Tipos de violências" utilizadas para classificar as ocorrências de conflitos, as mais representativas foram "Danos", com 36,2% dos casos, "Omissão" (20,1%), "Poluição da água" (12,7%), "Não cumprimento de procedimentos legais" (11,9%), "Ameaça de danos" (11,5%), "Extração ilegal" (11,4%), e "Invasão" (10,7%) (cf. Gráfico 13).**

Gráfico 13:
As principais categorias de violência em 2021




Alguns tipos de violências extremas merecem ser destacadas, como **"Trabalho escravo", com 14 ocorrências de conflito e 201 pessoas escravizadas; "Ameaça de morte", com 4 ocorrências; "Assédio" com 19 ocorrências, "Morte" com 24 ocorrências, "Ameaça" (27 ocorrências), "Intimidação" (52 ocorrências) e "Violência física" e "Violência sexual", com 3 ocorrências cada (cf. Quadro 1)**. Os tipos de violência extrema correspondem a 149 ocorrências e 17,7% das ocorrências totais. Em 2020 foram contabilizadas 67 ocorrências referente a violência extrema. Nesse sentido, observa-se um aumento de 122% nos casos de 2020 para 2021.

Quadro 1:
Violências Extremas em 2021

| VIOLÊNCIAS EXTREMAS | NÚMERO DE OCORRÊNCIAS |
|---|---|
| Intimidação | 52 |
| Ameaça | 27 |
| Morte | 24 |
| Assédio | 19 |
| Trabalho Escravo | 14 |
| Ameaças de Morte | 4 |
| Violência Sexual | 3 |
| Violência Física | 3 |
| TOTAL | 146 |

Os casos de "Morte" se referem a 8 mortes na Terra Indígena Yanomami, de ao menos 17 mortes de trabalhadores e ao menos uma morte por contaminação de metais pesados no sangue em Barra Longa (MG).

Entre as mortes estão duas crianças, uma de 1 ano e outra de 5 anos, que morreram afogadas durante o ataque de garimpeiros à terra indígena. Sobre o caso a Hutukara Associação Yanomami afirmou: "Duas crianças faleceram no episódio de segunda-feira, 10. Após todos terem corrido dos tiros, elas ficaram perdidas. No dia 11, os adultos saíram à sua procura. No dia 12, encontraram os 02 corpos caídos na água" (BIASETTO, 2021).

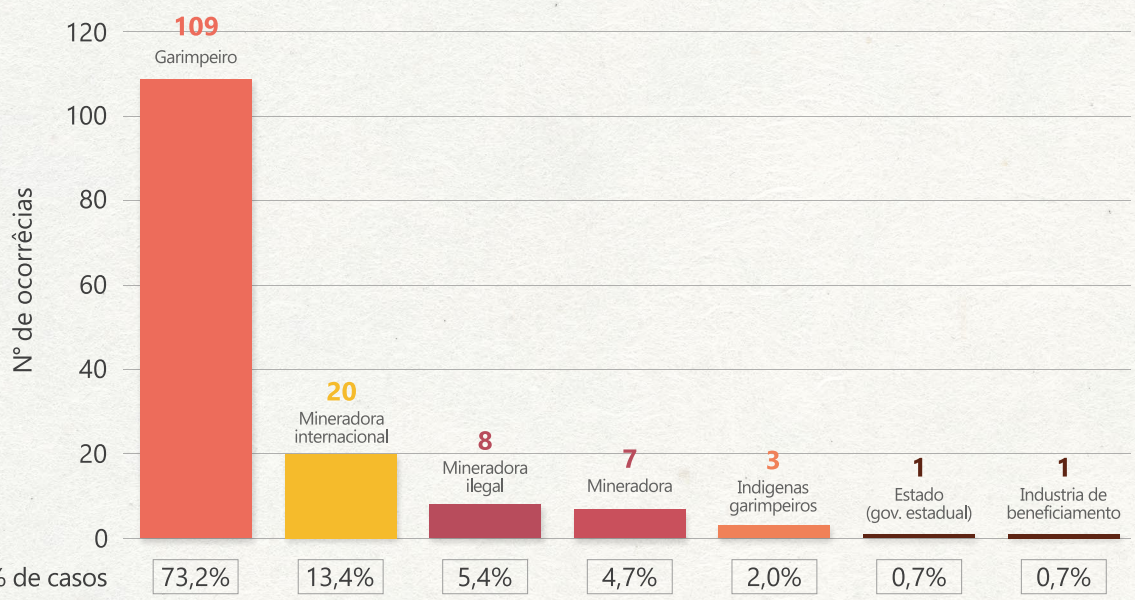
Ao que se refere a violência sexual, o relatório do CIMI de 2022 apresenta a denúncia da Associação Hutukara que "relata que um garimpeiro que trabalhava na região do Apiaú ofereceu bebidas e drogas à comunidade e, quando todos estavam bêbados e inertes, estuprou uma das crianças da aldeia". Além de que "três jovens de aproximadamente 13 anos teriam morrido depois de serem estupradas reiteradamente por garimpeiros, depois de forçadas a consumir bebida alcoólica. Estes fatos aconteceram em 2020, mas só vieram à tona no ano seguinte" (CIMI, 2022, p. 199).

Já em Barra Longa, em Minas Gerais, 11 moradores participaram de um estudo do Instituto Saúde e Sustentabilidade (ISS), em 2017. A pesquisa comprovou que todos tinham um alto nível de níquel no sangue e uma quantidade anormal de arsênio. Uma das participantes do estudo revelou que das 11 pessoas que participaram da pesquisa, 6 morreram. No mesmo sentido, o laudo da empresa Ambios Engenharia classificou o município de Barra Longa com risco iminente à saúde humana pela contaminação do solo, das águas e do ar. "Provas, nós temos. Documentos, nós temos. Estudos e mais estudos. Mas quem vai fazer a justiça? Onde nós vamos buscar essa justiça?", finaliza uma das moradoras de Barra Longa (STROPASOLAS, 2021).

## *Conflitos com Indígenas*

No mapeamento de 2021, indígenas de Roraima, Pará, Amazonas, Minas Gerais, Mato Grosso, Rondônia, Alagoas, Maranhão, Espírito Santos, Paraíba, Amapá, Ceará, Santa Catarina e São Paulo encontravam-se em conflito com o garimpo ilegal e/ou com empresas mineradoras, totalizando ao menos **54.550 indígenas. Ocorrências de conflito com o "Garimpo" correspondem a 73,2% do total, sendo observado um aumento de 24,7% das ocorrências em comparação com 2020. Logo em seguida aparece "Mineração Internacional" (13,4%), "Mineradora ilegal" (5,4%), "Mineradora" (4,7%), "Indígenas garimpeiros" (2,0%) e "Estado" (0,7%) (cf. Gráfico 14)**.

Gráfico 14:
Categorias que conflitam com indígenas em 2021




Das 149 ocorrências de conflito envolvendo os indígenas, somente o estado de Roraima deteve 29,5%, seguido por Pará (22,8%), Amazonas (19,5%) e Minas Gerais (8,7%). Em 2020, o Pará era o estado que aparecia em primeiro lugar nas ocorrências.

Em 2021, Roraima assume a primeira **posição frente aos intensos ataques sofri dos pelos Yanomamis ao longo do ano que levaram a morte de ao menos 8 indígenas, entre elas duas crianças, além de relatos de violência sexual e física.** Diante do cenário, a associação indígena Hutukara Associação Yanomami solicitou diversas vezes que as autoridades atuassem para conter a violência, estabelecendo uma presença constante das forças públicas de segurança. Contudo, nenhuma ação efetiva foi implementada.

"Diariamente, os Yanomami sofrem intimidações. É muito assédio, como ameaças de morte, gritos, mostrando armas, disparando bombas. Resumidamente, as autoridades nunca enviaram equipe de segurança de forma permanente. Os próprios guerreiros estão protegendo as comunidades. Os órgãos competentes não atenderam nossa solicitação, isso é muito preocupante", afirmou Dário Kopenawa, vice-presidente da Hutukara (PAIXÃO, 2021).

De acordo com o relatório da Hutukara Associação Yanomami (HAY) e da Associação Wanasseduume Ye'kwana, em 2021 a destruição provocada pelo garimpo na Terra Indígena Yanomami cresceu 46% em relação a 2020, atingindo um total acumulado de 3.272 hectares. Essa é a maior marca observada desde que as organizações começaram a realizar o monitoramento em 2018, e, "possivelmente, a maior taxa anual desde a demarcação da Terra Indígena Yanomami em 1992" (HAY e AWY, 2022, p. 14). O mesmo documento indica que de 2016 a 2020, o garimpo na Terra Indígena Yanomami "cresceu nada menos que 3.350%" (p.8).

Os principais tipos de violência sofridas pelos "Indígenas" foram: **Invasão (77 ocorrências), Danos (69 ocorrências), Intimidação (30 ocorrências), Poluição da água (30 ocorrências) e Ameaça (25 ocorrências)**.

## *Conflitos com Quilombolas*

Outro grupo relevante são os **Quilombolas, que totalizaram 26 ocorrências, e englobando ao menos 13.603 pessoas**. Em 2021, os conflitos entre quilombolas e empresas estavam presentes em sete estados: Minas Gerais, Bahia, Pará, Goiás, Espírito Santo, Maranhão e Piauí. Com Minas Gerais concentrando 34,6% dos conflitos, seguido de Bahia (30,8%) e Pará (15,4%).

Ao menos 11 empresas estavam envolvidas em conflitos com quilombolas. As cinco primeiras são Vale S.A. (23,1%), Brazil Iron (15,4%), Hydro (15,4%) e Bahia Mineração (7,7%). O "Garimpo ilegal" aparece com 3,8% das ocorrências de conflito. Os minerais mais representativos dos conflitos são minério de ferro (60,0%) e alumínio (16,0%).

Foram contabilizadas cinco reações de comunidades quilombolas em 2021, entre cartas públicas, retomada e abaixo-assinado. Duas ações fazem referência a empresa Brazil Iron, uma a SRN Mineração, uma a Herculano Mineração e uma a Italmagnésio Nordeste S.A. A retomada faz referência a área ocupada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e pela Comunidade Quilombola Vila São João na fazenda Bela Vista, na zona rural de Berizal, no Norte de Minas Gerais. A população quilombola denuncia que a área está abandonada, é improdutiva e grilada pela empresa Italmagnésio (MOREIRA, 2021).

O tipo de conflito predominante entre os quilombolas em 2021 foi "Água", seguido de "Terra", com 47,5% e 25,0%, respectivamente. Os tipos de violências preponderantes foram: "Não cumprimento de procedimentos legais", "Poluição da água", "Ausência da Consulta Prévia", "Destruição" e "Omissão".

## Outros Grupos Sociais do Campo

**Pescadores e ribeirinhos compõem um grupo que aglutinou 65 ocorrências, abrangendo 16.161 pessoas.** Bahia congregava 40,0% das ocorrências, seguido do Pará com 15,4%. Fizeram parte dos conflitos 11 empresas e o garimpo ilegal. A "Tombador Iron Mineração" foi responsável por 36,9% dos conflitos nessa categoria, seguido pelo "Garimpo ilegal" (16,9%), pela Samarco/Vale/BHP (16,9%) e Hydro (9,2%). Os casos da Samarco/Vale/BHP e Hydro referem, especificamente, aos desastres ocasionados pelas empresas na Bacia do Rio Doce, com o rompimento da barragem de Fundão e o vazamento de bauxita das operações da Hydro Alunorte em fevereiro de 2018 em Barcarena (PA), e o processo de luta por direitos à reparação integral. Nessa categoria, o município mais atingido é o de Sento Sé, na Bahia, que concentra 36,9% dos casos com ribeirinhos e pescadores. Todos os conflitos foram contra a empresa Tombador Iron Mineração e a implementação do Projeto Tombador na região, que tem o potencial de destruir e contaminar as nascentes essenciais para a população local e para a agricultura. As principais violências nesse caso foram "Não cumprimento de procedimentos legais" e "Ausência de consulta prévia". Em 2020, o município aparecia em segundo lugar com 12,5% dos casos, observando-se um aumento de, aproximadamente, 195%.

Contabilizando as categorias **"Assentados", "Camponeses de fundo de pasto", "Extrativistas", "Geraizeiros", "Pecuaristas familiares", "Pequenos proprietários rurais", "Pequenos proprietários", "Posseiros" e "Sem-terra", temos, em 2021, 216 ocorrências de conflito, incluindo 40.497 pessoas**. A divisão por grupo corresponde a "Pequenos proprietários rurais" (20.242 pessoas), "Geraizeiros" (7.415 pessoas), "Assentados" (4.624 pessoas), "Sem-terra" (3.369 pessoas), "Posseiros" (1.623 pessoas), "Extrativistas" (1.190 pessoas), "Camponeses de fundo de pasto" (1.189 pessoas), e "Pecuaristas familiares" (165 pessoas).

Esses casos estiveram, majoritariamente, presentes em Minas Gerais e Bahia, com 54,6% e 22,7%, respectivamente. Das 38 empresas registradas, as quatro mais representativas foram Vale S.A. (24,1%), Bahia Mineração (14,4%), Companhia Brasileira de Alimínio (8,3%), Anglo American (6,0%) e Samarco/Vale/BHP (5,1%). O tipo de conflito mais representativo foi "Terra" (84,6%), seguido de "Água" (58,3%) e o tipo de violência predominante foi "Omissão" (15,7%), "Ameaça de danos" (11,6%), seguido de "Poluição da água" (11,1%) e "Danos" (10,9%). No que se refere ao "tipo de objeto causador" do conflito, "Barragem" aparece em primeiro lugar com 39,6% dos casos, seguido por "Mina" (26,3%) e "Projeto" (18,9%).

## Conflitos Urbanos

No tocante aos c**onflitos na área urbana, foram identificados 68 casos**, totalizando 95 ocorrências e 10,6% de todos os conflitos registrados. **Ao menos 95.123 pessoas estavam envolvidas em conflitos urbanos com a mineração no país e sofreram violações do setor**. Eles se relacionavam a 30 empresas, sendo as cinco primeiras Braskem, concentrando 42,1% dos conflitos urbanos, Vale S.A., com 9,5%, seguida por Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (7,4%), Samarco/Vale S.A./BHP Billiton (CSN) (4,2%). Gerdau, Itaminas Comércio de Minérios S.A. e Zona da Mata Mineração (ZMM) concentraram 3,2% dos conflitos em áreas urbanas cada uma.

Os conflitos urbanos, em 2021, ocorreram em 35 municípios e 8 estados. **Os estados que mais reúnem conflitos são Minas Gerais, com 45,3%** dos conflitos, seguido de Alagoas (43,2%) e Pará (4,2%). **Enquanto os três municípios com mais conflitos foram Maceió**, com 42,1% dos casos, Congonhas (7,4%) e Barra Longa (4,2%).

Como observado, a empresa Braskem correspondeu a quase metade dos conflitos em área urbana no país. Além da já destacada ação na justiça holandesa, em 2021, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou um Procedimento de Acompanhamento para identificar e acompanhar os critérios utilizados pela Braskem no Programa de Compensação Financeira. O procedimento foi instaurado em razão do crescente número de representações, demonstrando a insatisfação dos atingidos com as avaliações e propostas ofertadas pela empresa (MPF, 2021).

O caso da Braskem representa um dos maiores conflitos ambientais urbanos do país e ainda não se sabe ao certo o tamanho da tragédia. Ronnie Mota, que coordena o Gabinete de Gestão Integrada para Adoção de Medidas de Enfrentamento aos Impactos do Afundamento dos Bairros em Maceió, diz que o prejuízo para a cidade pode ser maior do que o calculado inicialmente. Já surgiram fissuras em casas que estão a uma distância de apenas 900 metros da principal avenida de Maceió, a Fernandes Lima, que liga o aeroporto ao centro da cidade. "Se o problema chegar nessa avenida, será um caos na mobilidade urbana. É uma situação muito preocupante", afirma Mota.

Com o contínuo processo de afundamento do solo provocado pela Braskem também cresceu o passivo da empresa com indenizações e compensações socioambientais e urbanísticas. "A primeira versão do acordo para pagamento das famílias, firmado no início de 2020, contemplava 17 mil pessoas. Um ano e meio depois, esse número já se aproxima de 75 mil. No momento, o programa de compensação financeira contempla cerca de 65 mil pessoas, ou 17 mil famílias".

Nesse sentido, a Defesa Civil elaborou um laudo sugerindo a inclusão de mais 10 mil pessoas no programa de indenização. "Trata-se de 2.700 famílias dos bairros pobres de Flexal de Cima, Flexal de Baixo, Bom Parto e Vila Saem, que ficaram isolados depois que os bairros de Pinheiros, Bom Parto, Mutange e Bebedouro foram desocupados. Após sucessivas atualizações, o mapa da região atingida pelo afundamento já representa 5,6% de toda área urbana de Maceió" (FALCÃO, 2021).

## *Referências*


BIASETTO, Daniel. Lideranças Yanomami dizem que duas crianças morreram afogadas em ataque de garimpeiros. O globo. 15/05/2021. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/liderancas-yanomami-dizem-que-duas-criancas-morreram-afogadas-em-ataque-de-garimpeiros-25019784

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Dados de 2021. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-violencia-povos-indigenas-2021-cimi.pdf

DW. Deutsche Welle. Julgamentos da TÜV Süd por Brumadinho continuam na Alemanha. DW. 15/09/2022. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/processos-contra-t%C3%BCv-s%C3%BCd-por-trag%C3%A9dia-de-brumadinho-continuam-na-alemanha/a-63141890

FALCÃO, Marina. Mineração da Braskem faz Maceió afundar e põe mais famílias em risco. Valor Econômico. 05/05/2021. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/05/mineracao-da-braskem-faz-maceio-afundar-e-poe-mais-familias-em-risco.ghtml

MOREIRA, Gilvander. Comunidade Quilombola Vila São João e MAT retomam Território Quilombola em Berizal, no Norte de MG. Site do frei Gilvander Moreira. 21/11/2021. Disponível em: https://gilvander.org.br/site/mst-e-comunidade-quilombola-vila-sao-joao-retomam-territorio-quilombola-em-berizal-no-norte-de-mg/

MPF, Ministério Público Federal. MPF instaura procedimento para apurar critérios para propostas de indenização pela Braskem. MPF. 26/03/2021. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/mpf-instaura-procedimento-para-apurar-criterios-para-propostas-de-indenizacao-pela-braskem

NETTO, Paulo Roberto. Moradores de áreas de Maceió com rachaduras e afundamentos vão aos tribunais holandeses contra a Braskem. Estadão. 16/02/2021. Disponível em: https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/moradores-de-areas-de-maceio-com-rachaduras-e-afundamentos-vao-aos-tribunais-holandeses-contra-a-braskem/

PAIXÃO, Evilene. Terra Yanomami completa um mês sob ataques de garimpeiros e sem proteção do Estado. ISA. 11/06/2021. Disponível em: https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/terra-yanomami-completa-um-mes-sob-ataques-de-garimpeiros-e-sem-protecao-do-estado

PONTES, Nádia. Retomada da Samarco em Mariana indigna atingidos por desastre. UOL. 22/01/2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2021/01/22/retomada-da-samarco-em-mariana-indigna-atingidos-por-desastre.htm?cmpid=copiaecola

PIMENTEL, Thais. Mariana: dois meses após fim de prazo, Renova ainda não entregou casas e nenhuma multa foi paga. G1. 04/05/2021. Disponível em: https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/05/04/mariana-dois-meses-apos-fim-de-prazo-renova-ainda-nao-entregou-casas-e-nenhuma-multa-foi-paga.ghtml

RONAN, Gabriel. Mariana: MP cobra de mineradoras pagamento de R$ 2,5 bilhões a atingidos. Estado de Minas. 05/10/2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/10/05/interna_gerais,1311566/mariana-mp-cobra-de-mineradoras-pagamento-de-r-2-5-bilhoes-a-atingidos.shtml

STROPASOLAS, Pedro. Em Barra Longa (MG), 6 das 11 pessoas diagnosticadas com metais pesados no sangue morreram. Racismo Ambiental. 05/11/2021. Disponível em: https://racismoambiental.net.br/2021/11/05/em-barra-longa-mg-6-das-11-pessoas-diagnosticadas-com-metais-pesados-no-sangue-morreram/

COMITÊ NACIONAL EM
DEFESA DOS TERRITÓRIOS
FRENTE À MINERAÇÃO

Observatório dos
Conflitos da Mineração
no Brasil